



A Mata Atlântica, mesmo em grave estado de degradação ambiental, pode ser recuperada com a união de sociedade, empresas e governos

Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica – RMA

CARTA DE IPERÓ

A Rede de ONGs da Mata Atlântica - RMA, coletivo de Organizações da Sociedade Civil que atuam na proteção do bioma desde 1992, reuniu-se em 4 de dezembro de 2014, na Floresta Nacional de Ipanema, em Iperó (SP), para seu planejamento estratégico 2015-2016.

O principal resultado do encontro é o alerta de que a Mata Atlântica, mesmo em alto grau de degradação, com apenas 9% da sua cobertura original (INPE e Fundação SOS Mata Atlântica, 2014), ainda é responsável pela sobrevivência de fauna e flora com altos índices de endemismo, bem como pela produção de serviços ecossistêmicos responsáveis pela qualidade de vida de mais de 70% da sociedade brasileira.

Para reverter esse cenário de contínua degradação, é necessária a união de esforços de diversos segmentos da sociedade, do Estado, das empresas e da academia, visando à conservação dos fragmentos de vegetação mais significativos e a restauração das áreas degradadas.

Entre os biomas mais importantes e ameaçados do planeta, a Mata Atlântica continua sendo desvalorizada, seja pelo governo federal, seja pela maioria dos Estados, que seguem negligentes perante a intensificação das frentes de desmatamento e a não implementação de áreas protegidas, tão importantes para a sustentação de ecossistemas vitais para o país.

A contribuição da Mata Atlântica para a sociedade e para a economia é fundamental, com seus inúmeros bens e serviços ecossistêmicos, como a oferta de água, a regulação do microclima e a redução dos efeitos nocivos das mudanças climáticas, hoje expressos nas chuvas torrenciais ou nas secas intensas e persistentes. O bioma relaciona-se ainda à proteção do solo para a agricultura, ao abastecimento das cidades, à geração de energia hidroelétrica, e mesmo a valorização da paisagem, tão importante para a cultura do país e a geração de renda com o turismo.

Para o planejamento de ações socioambientais, a Rede considera prioritário fortalecer as iniciativas da sociedade civil de proteção, recuperação e uso sustentável na Mata Atlântica, valorizando os esforços das muitas entidades e cidadãos que trabalham para preservar a floresta e seus ecossistemas associados, como os manguezais e restingas.

A Rede congrega atualmente 285 organizações da sociedade civil que alertam para os riscos que incidirão sobre a sociedade caso este bioma não seja restaurado e protegido. E significativa parte das ameaças está nas regiões metropolitanas, onde vive a maioria da população brasileira – regiões estas cada vez mais vulneráveis as secas, estiagens e chuvas torrenciais, decorrentes das alterações no clima provocadas pelo ser humano.



Também em dezembro de 2014, uma ampla rede de organizações que participam do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (FBOMS), alertou para a negligência do Governo Federal com o meio ambiente brasileiro, sacrificando áreas importantes para grandes projetos de infraestrutura, sem considerar a necessidade de conservação de áreas prioritárias nos biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, e Pantanal. São eles que sustentam a vida e a economia do país, e deveriam ser temas prioritários das políticas para o futuro de nossa nação.

Considerando o valor deste bioma para a conservação da biodiversidade e a economia nacional, a Rede de ONGs da Mata Atlântica recomenda que a sociedade e o Estado Brasileiro construam e adotem um planejamento de logo prazo, estabelecendo horizontes e metas a serem aferidas e mensuradas a cada ano, quinquênios e décadas, de forma a:

1) Selecionar regiões prioritárias para a conservação dos remanescentes de vegetação e para o estabelecimento de novas Unidades de Conservação, visando reverter o atual quadro de fragilidade do bioma e os riscos à própria sustentabilidade da sociedade brasileira;

2) Efetuar ações intensivas para a restauração da Mata Atlântica, até que se alcance uma área de ao menos 30% de sua extensão geográfica original, utilizando-se para atingir esta meta, os seguintes instrumentos e estratégias: a) registro, até maio de 2016, de 100% das propriedades rurais do bioma no Cadastro Ambiental Rural (CAR); b) estabelecer, em 2015, o Programa de Regularização Ambiental (PRA), para que até 2018, seja recuperado, no mínimo, 4 milhões de hectares de vegetação nativa, dos quais 1 milhão de hectares em Áreas de Preservação Permanente (APPs), desmatados ilegalmente em propriedades rurais; c) aumentar os incentivos financeiros do Estado para a execução de estudos e pesquisas direcionados à identificação de novas técnicas de restauração florestal; d) adoção de planos de ação para restauração, em caráter regionalizado, que incluam programas de fomento a registro das árvores matrizes e produção de sementes, e o envolvimento dos produtores rurais e dos municípios em todas as etapas de sua execução.

3) Fortalecer programas de desenvolvimento sustentável em escala regional e local que incluam explicitamente a Mata Atlântica em suas estratégias de empreendedorismo, emprego e renda, a exemplo dos Planos Municipais da Mata Atlântica – que devem ter suporte através da imediata regulamentação do Fundo Nacional da Mata Atlântica, conforme previsto no art. 36 da Lei nº 11.428/2006; a exemplo de atividades como o ecoturismo, a pesca artesanal, sistemas agroflorestais, serviços ambientais no meio rural e inovações técnicas para agricultores familiares orgânicos, comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária, especialmente em áreas próximas a Unidades de Conservação de proteção integral.

Neste novo mandato da Presidente Dilma que ora se inicia, a RMA acredita que a cooperação entre o Estado Brasileiro e a Sociedade Civil é o caminho mais seguro para a conservação e a restauração da Mata Atlântica, patrimônio natural brasileiro igualmente reconhecido como patrimônio nacional por nossa Constituição Federal.

Iperó, São Paulo, dezembro de 2014.